



EGRESSOS DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA DA UNILAB: DESAFIOS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E NOVO ENSINO MÉDIO

Sabrina Rosa¹
Silviana Fernandes Mariz²

RESUMO

O presente projeto de pesquisa tem como objetivo analisar a inserção profissional de egressos do curso de Licenciatura em História da Unilab do ponto de vista dos desafios oriundos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Novo Ensino Médio (NEM). O projeto possibilitará que a extração de dados coletados sejam utilizados para melhor subsidiar o processo avaliativo do curso de Licenciatura em História da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), especificamente a sua proposta pedagógica e sua estrutura de integralização curricular tendo em vista a sua aplicabilidade profissional, de acordo com as visões e experiências de seus discentes egressos. Em termos metodológicos, a pesquisa se organizará na análise de conteúdo com base em questionário online, entrevistas semiestruturadas e grupos focais. O resultado principal alcançado nesta pesquisa foi o mapeamento de estudantes egressos/as e a sua identificação por meio de perfilamento pessoal e profissional. Estes, enfrentam situações adversas relacionadas ao próprio ofício docente na educação básica, marcadas por privações e deficiências das mais variadas.

Palavras-chave: Lei 10639/03; Unilab; Licenciatura em história.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades, Discente,
rosabrina0@protonmail.com¹
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades, Docente,
silviana_mariz@unilab.edu.br²



INTRODUÇÃO

No Brasil, as pesquisas sobre egressos, considerando o cenário internacional, não tardaram a ser adotadas como importante ferramenta para subsidiar a avaliação de cursos de graduação. Sendo assim, é fato que o acompanhamento de egressos vem se popularizando cada vez mais nas universidades públicas e privadas, no Brasil – basta conferir o aumento vertiginoso na quantidade de portais de egressos hospedados nas páginas eletrônicas das instituições de educação superior brasileiras (PAUL, 2015). No entanto, trata-se muito mais de simples atendimento à obrigatoriedade estabelecida pela Lei n.º 10861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) cujo artigo 3º definiu as 10 dimensões que devem obrigatoriamente ser avaliadas no contexto de avaliação das IES nacionais, sendo a 9ª dimensão a que concerne exatamente às políticas de atendimento ao estudante, incluindo os egressos.

Uma análise mais consistente do curso e de como ele impacta qualitativamente a sociedade pode ser extraída a partir da perspectiva discente, sobretudo, a do egresso, pois é ele/a quem tem “maior maturidade e consequentemente uma visão mais ampla, quando o processo já está encerrado e, portanto, são capazes de verificar, de forma pragmática a contribuição que o curso trouxe para sua atuação profissional” (ESPARTEL, 2008, p.104). É a perspectiva do estudante que “permite a identificação de pontos críticos de melhoria ou de manutenção de qualidade”; sendo a do egresso, essa perspectiva tende a ser mais ampla, especialmente, por já ter completado o seu ciclo formativo em nível de graduação que, por sua vez, será avaliado pelo mercado de trabalho.

No caso da Unilab, é desconhecida qualquer iniciativa no sentido de desenvolver pesquisas com o objetivo de promover o acompanhamento e o monitoramento de seus egressos como forma de produzir dados para subsidiar produção de conhecimento e ações de expansão, renovação e/ou manutenção de seus cursos de graduação, com a finalidade de melhor atender não apenas à Lei do Sinaes (Lei n. 10861/2014), mas também as novas realidades educacionais, no caso da BNCC e do NEM. Diante desse cenário, o presente projeto de pesquisa visa contribuir com o avanço das políticas institucionais da Unilab, de modo geral, e do curso de Licenciatura em História, em particular, ao fornecer dados que subsidiem ações de acompanhamento e de formação continuada voltadas para o profissional egresso desta graduação.

De acordo com dados de 2020, a Licenciatura em História da Unilab contabiliza um total de 192 matrículas ativas, sendo que já alcançamos a quantidade de 83 egressos. Deste modo, é premente que ações no sentido de traçar qualitativamente o perfil de seu corpo de egressos com vistas à construção de um banco de dados contendo informações que permitam a avaliação da proposta pedagógica do curso e de sua estrutura de integralização curricular é fundamental.

Por outro lado, dadas as mudanças constantes provocadas por alterações na rede legal que ampara e norteia a Educação Básica nacional, é fundamental que as IES desenvolvam meios de assegurar a formação continuada de seus egressos para fins de atualização permanente, possibilitando sua melhor inserção no mercado de trabalho e no de pós-graduação.

Entre as mudanças mais recentes e estruturantes está a aprovação do Novo Ensino Médio (NEM), através da Lei nº 13.415/2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e estabeleceu uma mudança na estrutura do Ensino Médio. Houve ampliação do tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais e uma nova organização curricular, mais flexível, através de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes, por meio dos itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. A proposta é que as redes de ensino terão autonomia para definir quais os itinerários formativos irão ofertar, considerando um processo que envolva a participação de toda a comunidade escolar.



A proposta visa superar problemas do Ensino Médio detectados desde há muito tempo pela comunidade escolar e gestores, quais sejam: o "conteudismo", a evasão escolar, a necessidade de maior liberdade de escolha aos estudantes e maior carga horária docente vinculada a um menor número de escolas. A implementação da proposta, no entanto, suscita inúmeras polêmicas, em um debate ainda em curso acerca da implementação, revogação ou mudanças no interior da proposta inicial.

METODOLOGIA

Diferentemente do que foi previsto no projeto inicial, em razão do desconhecimento por parte dos bolsistas, o planejamento da pesquisa teve de ser redimensionado para incluir duas etapas adicionais, passando a ser desenvolvida em cinco etapas:

1. Leitura/estudo atento e crítico dos seguintes documentos legais:

- a. Lei n. 10.639/03 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira na rede pública de ensino no Brasil;
- b. Lei n. 11.645/08 que complementou a lei 10.639/03 e determinou a obrigatoriedade do ensino de História Indígena no currículo da educação básica brasileira;
- c. Lei n. 12.289/10 que estabelece a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab).
- d. Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e afro-brasileira;
- e. Plano Nacional de Implementação das DCN para a Educação das Relações Étnico-raciais;
- f. Projeto Pedagógico de Curso (PPC) da Licenciatura em História da Unilab – versão volume 8 (2018).

2. Elaboração de um relatório crítico sobre o PPC da Licenciatura em História, avaliando o seu conteúdo (sobretudo os seus objetivos; seu perfil de egressos e seu ementário), apontando os aspectos positivos e os negativos com vistas a identificar em quais pontos específicos esse documento se aproxima e se afasta do que estabelecem a lei n. 10.639/03 e sua legislação correlata, especialmente as DCN para a Educação das Relações Étnico-raciais e o Plano Nacional para Implementação das DCN para a Educação das Relações Étnico-raciais.

3. Mapeamento e levantamento de toda a produção acadêmica sobre a Licenciatura em História da Unilab nas plataformas "Google Acadêmico" e "SciELO", identificando o tipo de produção (artigo/revista, monografia, dissertação, tese ou outro tipo); autoria; vinculação institucional dos/as autores/as.

4. Elaboração de questionário "Google Doc" a ser encaminhado através de lista de e-mail de egressos. O questionário foi construído em duas etapas e foi norteador por questões relativas a:

- a) dados pessoais de cada respondente, com questões sobre faixa etária; ano de conclusão do curso; status civil; orientação sexual; identificação de gênero; identificação de cor/étnico-racial; identificação de filiação religiosa; situação profissional; entre outras, visando traçar um perfilamento geral.
- b) localização das escolas, dinâmicas de trabalho e distribuição de carga horária;
- c) conteúdos sobre os quais é responsável e estratégias didático-pedagógicas;
- d) implementação da BNCC;
- e) implementação do NEM;
- f) representações sobre formação recebida na Unilab.

5. Entrevistas semiestruturadas por amostragem de alguns/mas egressos/as que foram convidados/as a participar da pesquisa de modo voluntário e anônimo, concedendo depoimentos sobre o seu período de formação acadêmica e a transição para o mercado de trabalho docente; de maneira a aprofundar os pontos



elencados acima, da perspectiva individual:

As entrevistas semiestruturadas combinaram perguntas abertas e fechadas, e foram conduzidas por mim mesma, seguindo questões previamente definidas, em um contexto semelhante ao de uma conversa informal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resultado principal alcançado nesta pesquisa foi o mapeamento de estudantes egressos/as e a sua identificação por meio de perfilamento pessoal e profissional. Dos mais de 150 estudantes que foi possível contactar por meio de e-mail, menos da metade aceitou participar da pesquisa, demonstrando má vontade e certo rancor/ressentimento por ter escolhido um curso de licenciatura como o de História considerado muito difícil, porque bastante demandante de uma carga de leitura e de estudo que foi considerado excessivo para o tipo de trabalho a ser cumprido nas escolas de educação básica, onde, de acordo com o julgamento dos/as respondentes, não necessita de muitas qualificações teóricas em razão do baixo nível de escolarização e aprendizagem dos/as alunos/as nas escolas públicas.

Dos quase 50 estudantes que concordaram em responder ao formulário "Google Doc" em suas duas etapas, a grande maioria (algo em torno de 42 respondentes) apresentou uma visão bastante positiva tanto da Unilab quanto da própria licenciatura em História. De modo geral, todos os aspectos abordados nos questionários foram avaliados positivamente, desde as disciplinas, consideradas todas de excelente qualidade; qualificação do corpo docente do curso, avaliada como acima da média; tempo de formação, considerada ideal; acervo bibliográfico nas bibliotecas da Unilab, tido por satisfatório.

Em relação ao questionamento principal sobre como eles/as têm atuado em sala de aula em favor da aplicação da lei 10.639/03 no contexto da BNCC e do Novo Ensino Médio, dos quase 50 respondentes, a grande maioria também respondeu afirmando que, apesar de durante a sua formação na licenciatura não terem estudado sobre a BNCC e o NEM, consideram que a formação geral proporcionada pelo Bacharelado em Humanidades e pela própria Licenciatura em História os/as qualificaram suficientemente para saberem lidar e trabalhar positivamente com a lei 10.639/03 no contexto da BNCC e do NEM.

CONCLUSÕES

A Unilab precisa urgentemente desenvolver projetos de acompanhamento de egressos/as de seus cursos de graduação, com a finalidade de mantê-los/as conectados/as à instituição de forma a continuarem desenvolvendo laços afetivos e simbólicos com ela. Muitos/as dos/as egressos/as que aceitaram responder aos questionários declararam lamentar a ruptura com a Unilab, avaliada por muitos/as como uma sensação de "vazio". Os resultados, ainda que limitados e, portanto, apenas de caráter amostral, sugerem que muitos/as ainda vêm a universidade como sua "alma mater" e, portanto, fundamental para a construção de suas identidades não apenas profissionais, mas até mesmo pessoais. A conclusão do curso é descrita por muitos/as como uma combinação intensa e confusa de sentimentos: alegria, satisfação, autoconfiança, alívio; mas, ao mesmo tempo, tristeza, nostalgia, saudade, "tempo de nunca mais vai voltar", abandono, enfim, "vazio de si". Nesse cenário, especula-se se tal combinação em alguma medida não contribuiria negativamente para a autoestima profissional desses/as docentes, especialmente os/as que se encontram ativamente em sala de aula, enfrentando situações adversas relacionadas ao próprio ofício docente na educação básica marcado por privações e deficiências as mais variadas.



AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da pesquisa, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), da Unilab.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Brasília: Casa Civil, 2008. Disponível em: L11645 (planalto.gov.br)
- BRASIL. Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf>.
- BRASIL; Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular - BNCC, versão final. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf.
- BRASIL; Ministério da Educação; Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n.º 02, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>.
- BRASIL. Lei Federal n.º 12.289, de 20 de julho de 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12289.htm Acesso em: 20/01/2021.
- BRASIL. Plano Nacional de Educação 2014 - 2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.
- CERRI, Luiz Fernando. A Formação de Professores de História no Brasil: antecedentes e panorama atual. Revista História, Histórias. Brasília, vol. 01, n.º 02, p. 167 - 186, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/10730>. Acesso em: 15/01/2021.
- COCCO, Ricardo et al. Política de Expansão e Interiorização/Regionalização do ensino público superior no Brasil: o caso da UFSM/CESNORS - uma perspectiva a partir do egresso. Anais do IV Congresso Ibero Americano de Política e Administração da Educação e VII Congresso Luso Brasileiro de Política e Administração da Educação. Porto, Portugal: ANPAE, 2014.
- COELHO, Mauro Cezar; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. As licenciaturas em História e a lei 10639/03 - percursos de formação para o trato com a diferença? Educ - Educação em Revista, v. 34, p. 01 - 39, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edur/v34/1982-6621-edur-34-e192224.pdf>. Acesso em: 15/01/2021.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer CNE/CP n.º 02/2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17625-parecer-cne-cp-2-2015-aprovado-9-junho-2015&category_slug=junho-2015-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15/01/2021.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CES n.º 13/2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES132002.pdf>. Acesso em: 15/01/2021.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer CNE/CES n.º 492/2001. Diretrizes Curriculares Nacionais



dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 15/01/2021.

DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton César. Avaliação Institucional: teoria e experiências. São Paulo: Cortez, 1995.

DIÓGENES, C. G.; AGUIAR, J. R. Unilab: caminhos e desafios acadêmicos da Cooperação Sul - Sul. Redenção: Unilab, 2013.

ESPARTEL, Lélis Balestrin. O Uso da Opinião dos Egressos como Ferramenta de Avaliação de Cursos: o caso de uma instituição de Ensino Superior Catarinense. Revista Alcance. Univali/Santa Catarina, v. 16, n. 01, p. 102 - 114, jan. - abr 2009.

FENELON, Déa Ribeiro. A formação do professor de História e a realidade do ensino. Revista Tempos Históricos. Marechal Cândido Rondon/PR, v. 12, p. 23 - 35, 1º semestre de 2018.

FERRETTI, C. J.. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. Estudos Avançados, v. 32, n. Estud. av., 2018 32(93), p. 25-42, maio 2018.

GOMES, Nilma Lino; VIEIRA, Sofia Lerche. Construindo uma ponte Brasil - África: a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Luso-Afro-Brasileira. Revista Lusófona de Educação. Lisboa, v. 24, n. 14, p. 81 - 95, 2013.

LIMA, Leonardo Araújo; ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Acompanhamento de Egressos: subsídios para a avaliação de Instituições de Ensino Superior (IES). Avaliação. Campinas; Sorocaba, v. 23, n. 01, p. 104 - 125, maio de 2018.

MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Sousa. Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: FAPERJ; Mauad X, 2012.

PAUL, Jean-Jacques. Acompanhamento de Egressos no Ensino Superior: experiência brasileira e internacional. Caderno CRH. Salvador, v. 28, n. 74, p. 309 - 326, maio - ago 2015.

PAULA, Benjamin Xavier de; GUIMARÃES, Selva. 10 anos da lei federal nº 10.639/2003 e a formação de professores: uma leitura de pesquisas científicas. Educação e Pesquisa, v. 40, n. 02, p. 435 - 448, jun/2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/86255>. Acesso em: 15/01/2020.

TARDIF, Maurice. Saberes Docentes e Formação Profissional. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Diretrizes. Redenção: Unilab, 2011.

UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Projeto de Desenvolvimento Institucional 2016-2021. Redenção: Unilab, 2016.

UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Projeto Político Pedagógico [do] Curso de Licenciatura em História. Redenção: Unilab, 2018.

VILLALTA, Luiz Carlos. Dilemas da Relação Teoria e Prática na Formação do Professor de História: alternativas em perspectiva. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 223 - 232, set. 1992 / Ago. 1993.